

A INFLUÊNCIA DAS INTELIGÊNCIAS ARTIFICIAIS NO ÂMBITO JURÍDICO: uma análise do impacto crescente dos sistemas de IA na equidade da justiça

SABINO, Pedro Nunes^a ; PACHECO, Lucas Nunes^b

^a Bacharel em Direito pelo UNIFAGOC

^b Advogado e Professor no UNIFAGOC



pedronunessabino@gmail.com
lucas.pacheco@unifagoc.edu.br

RESUMO

Este estudo analisa a influência das inteligências artificiais no âmbito jurídico: uma análise do impacto crescente dos sistemas de IA na equidade da justiça. O objetivo principal é explorar como as inteligências artificiais (IAs) estão influenciando a equidade da justiça no sistema jurídico contemporâneo, além de identificar os principais desafios e oportunidades associados a essa influência. A pesquisa aborda a definição e os conceitos básicos de IA, sua evolução histórica e suas aplicações no sistema jurídico brasileiro. Além disso, investiga a capacidade das IAs de substituir decisões humanas, destacando as vantagens e limitações dessas tecnologias no ato decisório, e analisa casos práticos que ilustram suas implicações jurídicas. Os resultados do estudo indicam que, embora a IA possa aumentar a eficiência e a precisão dos processos judiciais, também levanta preocupações significativas sobre vieses algorítmicos e a necessidade de supervisão humana contínua para garantir justiça e equidade. Conclui-se que a integração de IA no Judiciário brasileiro apresenta grandes oportunidades para modernização e melhoria dos serviços, desde que acompanhada de regulamentações rigorosas e práticas de governança que promovam a transparência e a ética. Este TCC contribui para o debate acadêmico e profissional sobre a implementação responsável de tecnologias de IA no Direito.

Palavras-chave: Inteligência Artificial. Equidade. Tribunais. Celeridade.

INTRODUÇÃO

A revolução tecnológica, impulsionada pela ascensão das inteligências artificiais (IAs), tem gerado transformações significativas em diversas áreas, incluindo o setor jurídico. A implementação dessas tecnologias no sistema de justiça brasileiro promete aumentar a eficiência, a precisão e a acessibilidade dos serviços jurídicos. No entanto, a incorporação de IA ao Direito levanta questões críticas sobre a equidade e a justiça, aspectos centrais para a legitimidade do sistema judiciário.

O problema de pesquisa central deste TCC pode ser formulado da seguinte maneira: como as inteligências artificiais estão influenciando a equidade da justiça no sistema jurídico contemporâneo e quais são os principais desafios e oportunidades associados a essa influência?

O uso de IA no Direito apresenta tanto oportunidades quanto desafios. Por um lado, essas tecnologias têm o potencial de reduzir custos, aumentar a eficiência e melhorar a precisão das decisões judiciais. Por outro lado, há preocupações legítimas sobre vieses algorítmicos, transparência nas decisões automatizadas e a necessidade de supervisão humana contínua para garantir a justiça e a equidade. A análise dessas dinâmicas é crucial para entender como a IA pode ser integrada de forma responsável

no sistema jurídico, promovendo uma justiça mais acessível e eficaz, sem comprometer os princípios fundamentais de equidade.

O estudo também abordará o impacto das iniciativas recentes, como o Programa Justiça 4.0, que visa modernizar o Judiciário brasileiro através da implementação de tecnologias avançadas. A avaliação dos resultados do primeiro ano desse programa fornecerá uma base empírica para discutir os benefícios e desafios da digitalização da justiça. Com base nessas análises, serão propostas recomendações para aprimorar o uso de IA no sistema jurídico, focando em práticas que garantam a transparência, a justiça e a proteção dos direitos dos cidadãos.

A relevância de se estudar o tema em debate é evidente, considerando a crescente integração de IA no setor jurídico. A sociedade brasileira e a comunidade acadêmica podem se beneficiar significativamente de uma compreensão aprofundada das transformações trazidas pela IA no sistema de justiça.

Como objetivo geral, este trabalho de conclusão de curso se propõe a explorar como as inteligências artificiais estão influenciando a equidade da justiça no sistema jurídico contemporâneo, bem como os principais desafios e oportunidades associados a essa influência.

Como objetivos específicos, o estudo buscará analisar a definição e os conceitos básicos de IA, a sua evolução histórica e as principais aplicações no sistema jurídico brasileiro. Além disso, será investigada a capacidade das IAs de substituir decisões humanas, as vantagens e limitações dessas tecnologias no ato decisório e a análise de casos práticos que ilustram suas implicações jurídicas.

Para atingir os objetivos propostos e responder à problemática apresentada, o presente trabalho de conclusão de curso adota como metodologia de desenvolvimento, a revisão bibliográfica descritiva, de natureza básica e qualitativa, utilizando-se de publicações relacionadas ao tema.

A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO CONTEXTO JURÍDICO

A Inteligência Artificial (IA) é uma área da ciência da computação dedicada ao desenvolvimento de sistemas capazes de realizar tarefas que normalmente requerem inteligência humana. Essas tarefas incluem aprendizado, raciocínio, reconhecimento de padrões, compreensão de linguagem natural e tomada de decisões. A definição de IA abrange uma variedade de tecnologias, como aprendizado de máquina (machine learning), redes neurais, processamento de linguagem natural (NLP) e sistemas especialistas, que são programadas para imitar funções cognitivas humanas e melhorar sua performance com base na experiência (Ferreira; Pais, 2019).

Desde seus primórdios nos anos 1940, quando Alan Turing e Claude Shannon fizeram experimentos pioneiros com máquinas capazes de jogar xadrez e simular conversas humanas, a IA evoluiu significativamente. Hoje, esses sistemas podem entender a fala humana, armazenar e organizar grandes volumes de dados, realizar análises complexas e até mesmo aprender continuamente com os novos dados que processam. O objetivo final da IA é criar sistemas que possam realizar funções de maneira autônoma e eficiente, reduzindo a necessidade de intervenção humana direta (Ferreira; Pais, 2019).

No contexto jurídico, a IA vem sendo aplicada de diversas maneiras para aumentar a eficiência e eficácia dos processos legais. Advogados e tribunais têm

adotado ferramentas de IA para automatizar tarefas repetitivas, realizar pesquisas jurídicas, prever resultados de casos, revisar contratos e até mesmo sugerir decisões com base em dados históricos. Esses sistemas são capazes de identificar padrões em grandes volumes de dados jurídicos, o que facilita a busca por precedentes relevantes e a elaboração de estratégias legais mais informadas (Carneiro, 2024).

A utilização de IA no Direito também levanta importantes questões éticas e legais. Por exemplo, a delegação de decisões a sistemas automatizados requer garantias de que esses sistemas operam de maneira justa e imparcial. Além disso, é necessário considerar a transparência dos algoritmos utilizados e a possibilidade de viés nos dados de treinamento, que podem influenciar as decisões automatizadas de maneira indesejada. Assim, a implementação da IA no setor jurídico deve ser acompanhada de um rigoroso controle ético e regulatório para assegurar que seus benefícios sejam alcançados sem comprometer a justiça e a equidade (Carneiro, 2024).

As vantagens da utilização da IA são muitas, incluindo a redução de custos operacionais, o aumento da produtividade e a melhoria na precisão e consistência das decisões legais. No entanto, é fundamental que os profissionais do direito estejam preparados para integrar essas tecnologias em suas práticas, de forma ética e responsável. A capacitação contínua e a adaptação às novas ferramentas tecnológicas são essenciais para aproveitar ao máximo as potencialidades da IA, sem comprometer os valores fundamentais do sistema jurídico (Carneiro, 2024).

Principais Aplicações de Inteligência Artificial no Sistema Jurídico

A aplicação da Inteligência Artificial (IA) no sistema jurídico está transformando a prática do direito de várias maneiras, oferecendo novas ferramentas para advogados, juízes e outros profissionais do setor. Entre as principais aplicações, destacam-se a análise de dados, a automação de tarefas e a predição de resultados judiciais. A IA é capaz de processar grandes volumes de dados rapidamente, identificar padrões e oferecer insights que podem escapar à percepção humana, o que é especialmente útil em tarefas como pesquisa jurídica e análise de precedentes (Carneiro, 2024).

Uma das áreas mais beneficiadas pela IA é a automação de tarefas repetitivas e rotineiras. A revisão de documentos legais, a organização de processos e a triagem de casos podem ser automatizadas, economizando tempo e recursos valiosos. Por exemplo, ferramentas como o IBM Watson são usadas para analisar contratos em minutos, uma tarefa que anteriormente poderia levar dias. Isso não apenas acelera o processo, mas também reduz significativamente a margem de erro humano (Cartaxo, 2024).

Outra aplicação importante é a predição de resultados judiciais. Algoritmos de IA podem prever com alta precisão o desfecho de casos judiciais com base em dados históricos. Esse recurso é particularmente útil para advogados na elaboração de estratégias legais mais informadas. Ferramentas como a Ross Intelligence, que utiliza IA para responder a perguntas sobre legislação e jurisprudência, estão transformando a maneira como os profissionais realizam pesquisas jurídicas (FIA, 2019).

No âmbito dos tribunais, a IA está sendo utilizada para melhorar a eficiência e a celeridade dos processos judiciais. Em alguns países, como a Estônia, já existe o desenvolvimento de "juízes robôs" para lidar com causas menores e simples, liberando

os juízes humanos para se concentrarem em casos mais complexos. Essa inovação tem o potencial de reduzir o acúmulo de processos e acelerar a resolução de disputas, contribuindo para uma justiça mais ágil e eficiente (FIA, 2019).

Além disso, as lawtechs, startups especializadas em soluções tecnológicas para o setor jurídico, estão impulsionando o uso de IA no direito. Essas empresas desenvolvem plataformas que automatizam a gestão de documentos, compliance, comunicação, mediação e resolução de conflitos on-line. A adoção dessas tecnologias não só facilita o trabalho dos profissionais, mas também promove maior acesso à justiça ao tornar os serviços jurídicos mais acessíveis e menos onerosos (Carneiro, 2024).

Entretanto, a implementação de IA no direito também levanta questões éticas e legais. A transparência dos algoritmos e a mitigação de vieses são preocupações fundamentais para garantir que a justiça seja verdadeiramente imparcial e justa. Regulamentações rigorosas e padrões éticos são necessários para orientar o uso adequado da IA, garantindo que seus benefícios não comprometam os princípios fundamentais do sistema jurídico.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E O ATO DECISÓRIO

A capacidade das inteligências artificiais (IA) de substituir decisões humanas no âmbito jurídico é um tema complexo e multifacetado. As IAs têm mostrado grande potencial para transformar várias áreas do direito através da automação de tarefas repetitivas, da análise de grandes volumes de dados e da predição de resultados judiciais. Contudo, a substituição completa das decisões humanas por sistemas automatizados levanta diversas questões éticas, legais e práticas.

Primeiramente, a IA pode analisar vastas quantidades de dados rapidamente, identificando padrões e insights que podem não ser imediatamente perceptíveis aos humanos. Isso é extremamente útil em tarefas como a pesquisa jurídica e a análise de precedentes, em que a velocidade e a precisão são cruciais. Ferramentas como o IBM Watson e a Ross Intelligence já estão sendo utilizadas para melhorar a eficiência dessas atividades, permitindo que advogados e juízes se concentrem em aspectos mais estratégicos e complexos dos casos (Oliveira, 2023).

Além disso, a automação de tarefas administrativas e repetitivas, como a revisão de documentos e a organização de processos, pode economizar tempo e recursos significativos. Isso não apenas acelera os procedimentos legais, mas também reduz a possibilidade de erros humanos. A utilização de IA para tarefas como a triagem de casos menores e a elaboração de documentos legais é um exemplo de como essas tecnologias podem auxiliar, mas não necessariamente substituir, os profissionais do direito (Carneiro, 2024).

A predição de resultados judiciais é outra área em que a IA tem mostrado grande promessa. Algoritmos podem prever desfechos de litígios com base em dados históricos, auxiliando advogados na formulação de estratégias legais mais informadas. No entanto, esses sistemas devem ser usados com cautela, pois a precisão de suas previsões depende da qualidade e da representatividade dos dados de treinamento. A existência de vieses nos dados pode levar a decisões injustas ou discriminatórias, o que destaca a importância de supervisão humana contínua (Mendes, 2023).

No entanto, a capacidade de a IA substituir totalmente a tomada de decisões humanas é limitada por vários fatores. A interpretação contextual e a empatia são habilidades humanas essenciais na prática jurídica, especialmente ao lidar com clientes em situações delicadas ou complexas. Advogados trazem um entendimento profundo das nuances culturais, sociais e emocionais que muitas vezes são cruciais para a justiça. A IA, por mais avançada que seja, ainda carece da capacidade de compreender plenamente esses aspectos (Mendes, 2023).

Questões éticas também são centrais no debate sobre a utilização de IA no Direito. A transparência e a explicabilidade dos algoritmos são fundamentais para manter a confiança no sistema judicial. As decisões assistidas por IA devem ser justificáveis e passíveis de escrutínio adequado para garantir que a justiça seja administrada de maneira justa e imparcial. Além disso, é crucial estabelecer códigos de ética específicos e estruturas de governança robustas para orientar o uso responsável da IA no sistema judicial (Dantas, 2023).

Enquanto as IAs podem melhorar significativamente a eficiência e a eficácia do sistema jurídico, sua capacidade de substituir completamente as decisões humanas é limitada. A supervisão humana continuará sendo essencial para garantir que as decisões sejam tomadas com um entendimento completo do contexto legal e das nuances que a IA, por si só, pode não capturar completamente.

Vantagens e Limitações das IAs no Ato Decisório

A inserção de Inteligências Artificiais no âmbito jurídico oferece uma gama de benefícios e obstáculos que devem ser avaliados para garantir sua aplicação eficiente e conforme os princípios éticos. Entre os benefícios, destacam-se a automação de atividades monótonas, a análise ágil e exata de quantidades massivas de informações e a habilidade de antecipar decisões judiciais. Por outro lado, as dificuldades incluem dilemas éticos, a indispensabilidade da orientação humana e a redução de preconceitos em algoritmos (Sampaio; Mota, 2023).

A eficácia operacional é um dos benefícios mais notáveis da IA no campo jurídico. Essas tecnologias podem gerir de maneira automática procedimentos rotineiros como a avaliação de documentos, a seleção de processos e o exame de contratos, permitindo que os profissionais de direito foquem em tarefas de maior valor, como desenvolver estratégias jurídicas e interagir com clientes. O exame de grandes conjuntos de dados facilita a identificação de padrões e tendências, essenciais para decisões embasadas, elevando a precisão e a uniformidade nas práticas legais (Sampaio; Mota, 2023).

A capacidade de prever os resultados de processos judiciais também se apresenta como uma grande vantagem. Os algoritmos de IA podem processar informações históricas para estimar os desfechos dos casos com um nível significativo de acurácia. Isso permite que os advogados criem estratégias mais sólidas e fundamentadas, melhorando suas probabilidades de sucesso em litígios. Além disso, o uso de IA na personalização dos serviços jurídicos é intensificado, pois a análise detalhada de dados sobre clientes e casos contribui para uma abordagem mais focada e eficaz (Oliveira, 2023).

Contudo, a implementação de IA na esfera jurídica enfrenta várias barreiras e desafios. Um dos maiores problemas é a preocupação ética associada ao emprego de

algoritmos. Existe o perigo de preconceitos nos dados usados para capacitar os sistemas de IA, o que pode levar a decisões discriminatórias ou injustas. Assim, torna-se crucial desenvolver métodos para detectar e corrigir esses vieses, assegurando que as decisões suportadas por IA sejam equitativas e neutras (Oliveira, 2023).

A supervisão por parte de humanos continua sendo uma restrição significativa. Apesar de as IA fornecerem análises e sugestões, a decisão final deve permanecer nas mãos de um advogado experiente. Essa supervisão garante que as particularidades e os contextos exclusivos de cada caso sejam avaliados, algo que ainda escapa à capacidade dos algoritmos de IA. Além disso, é crucial que os processos utilizados pela IA sejam transparentes e explicáveis para preservar a confiança no sistema judiciário. É necessário que todos os envolvidos possam compreender como as decisões são formadas, exigindo uma clareza maior sobre os algoritmos empregados (Mendes, 2023).

A resistência às inovações por parte dos juristas representa um obstáculo significativo que deve ser enfrentado para que a tecnologia alcance sua capacidade total. Torna-se imprescindível que os programas de formação em direito se adaptem para abranger conteúdos sobre tecnologia e IA, assegurando que os novos profissionais estejam aptos a atender às exigências dessa nova era.

A inteligência artificial traz diversas vantagens para o campo jurídico, como aumento de eficiência e precisão e a customização dos serviços prestados. No entanto, é essencial também considerar as restrições e os desafios éticos e práticos que acompanham seu uso, assegurando que a supervisão humana e os princípios de justiça e equidade prevaleçam (Brasil, 2020).

No Brasil, a Resolução CNJ nº 332/2020 marca um avanço significativo na regulamentação do uso da IA no sistema judiciário. Ela define diretrizes de transparência, ética e governança para o emprego de tecnologias baseadas em IA. Isso inclui a obrigação de notificar os envolvidos sobre a utilização de IA e assegurar que decisões automatizadas possam ser revistas por um magistrado humano. Essa regulamentação é vital para garantir que a justiça seja não apenas eficaz, mas também justa e equitativa (Brasil, 2020).

SISTEMAS DE IA ATUAIS NO JUDICIÁRIO BRASILEIRO

O Judiciário brasileiro tem adotado cada vez mais sistemas de Inteligência Artificial (IA) para melhorar a eficiência e a qualidade dos serviços judiciais. Um levantamento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) identificou 111 projetos de IA desenvolvidos ou em desenvolvimento em tribunais brasileiros em 2022, um aumento de 171% em relação ao ano anterior. Esses projetos visam principalmente aumentar a produtividade, promover a inovação, melhorar a qualidade dos serviços e reduzir custos operacionais (CNJ, 2022).

Entre os sistemas mais notáveis estão o Projeto Sócrates, o Athos e o e-Juris, implementados pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). O Projeto Sócrates, em sua versão 2.0, ajuda na identificação antecipada de controvérsias jurídicas em recursos especiais, apontando automaticamente o permissivo constitucional e os dispositivos de lei questionados. O sistema Athos localiza processos que podem ser julgados sob o rito dos recursos repetitivos, enquanto o e-Juris auxilia na extração de referências legislativas e jurisprudenciais de acórdãos (STJ, 2021).

Outro exemplo é a Plataforma Sinapses, regulamentada pelo CNJ, que centraliza as iniciativas de IA no Judiciário. Essa plataforma, fruto de uma parceria entre o CNJ e o Tribunal de Justiça de Rondônia (TJRO), visa uniformizar e compartilhar soluções tecnológicas entre os tribunais, promovendo a integração dos sistemas judiciais e a unificação da tramitação processual (CNJ, 2020).

O programa Justiça 4.0, uma iniciativa conjunta do CNJ com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), busca acelerar a transformação digital do Poder Judiciário. Esse programa inclui a criação de uma plataforma em nuvem para integrar os sistemas judiciais, permitindo o compartilhamento de soluções tecnológicas e dados processuais entre os tribunais brasileiros. Além disso, fomenta a automação de rotinas e tarefas burocráticas, proporcionando um atendimento mais humano e eficiente aos jurisdicionados (Martins, 2024).

Essas iniciativas têm mostrado resultados positivos, especialmente durante a pandemia da Covid-19, quando a tecnologia ajudou a manter a produtividade do Judiciário. A automação de processos judiciais e a utilização de IA permitiram que os tribunais brasileiros continuassem operando eficientemente, mesmo diante das restrições impostas pela crise sanitária (STJ, 2021).

A implementação de IA no Judiciário também enfrenta desafios significativos, como a necessidade de garantir a ética e a transparência nas decisões automatizadas, evitando vieses discriminatórios. A formação e capacitação dos profissionais do direito para utilizar essas ferramentas de forma eficaz e responsável são essenciais para o sucesso dessa transformação digital.

PROGRAMA JUSTIÇA 4.0

O Programa Justiça 4.0 é uma iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) lançada com o objetivo de promover a transformação digital do Judiciário brasileiro, tornando-o mais eficiente, acessível e transparente. Implementado a partir de um acordo de cooperação com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e outras entidades judiciais, o programa visa modernizar o sistema judicial através do uso de tecnologias avançadas, incluindo a Inteligência Artificial (IA) e plataformas digitais integradas (CNJ, 2022).

Um dos pilares do Justiça 4.0 é a Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro (PDPJ-Br), que integra 14 sistemas de processo eletrônico, unificando a tramitação das ações judiciais no país. Essa plataforma facilita a transição de casos entre diferentes níveis e esferas judiciais, promovendo maior eficiência e acesso à informação para todas as partes envolvidas. Além disso, a plataforma Codex é utilizada para extrair, converter e armazenar dados processuais, permitindo uma gestão mais eficaz dos processos judiciais (CNJ, 2022).

O programa também se destaca pelo desenvolvimento de soluções de IA, como os modelos ALICIA, KAIROS e PEDRO, que ajudam na classificação automatizada de documentos, na identificação de processos similares e na extração de precedentes jurídicos. Essas tecnologias são desenvolvidas em parceria com universidades e têm como objetivo melhorar a análise e a tomada de decisões no Judiciário (CNJ, 2022).

Os benefícios do Justiça 4.0 são evidentes na otimização de recursos, na redução de custos e no aumento da eficiência dos serviços judiciais. No entanto, a implementação do programa enfrenta desafios, como a integração com sistemas

existentes e a necessidade de qualificação das equipes para trabalhar com as novas tecnologias. A falta de profissionais qualificados em IA é um dos principais obstáculos apontados pelas pesquisas realizadas pelo CNJ (CNJ, 2022).

Outro aspecto importante do Justiça 4.0 é a sua abordagem colaborativa, que promove a integração entre diferentes tribunais e entidades judiciais. Esse modelo de cooperação permite o compartilhamento de soluções tecnológicas, evitando despesas desnecessárias com o desenvolvimento de sistemas redundantes. A plataforma Sinapses, por exemplo, é uma ferramenta que centraliza as iniciativas de IA no Judiciário, promovendo um uso mais racional e eficiente dos recursos disponíveis (CNJ, 2022).

Além das inovações tecnológicas, o programa também foca na capacitação contínua dos magistrados e servidores. Através de webinários, cursos e eventos, o Justiça 4.0 busca disseminar o conhecimento sobre as novas ferramentas e práticas digitais, garantindo que todos os profissionais estejam aptos a utilizar essas tecnologias de maneira eficaz e ética.

Resultados do Programa no Primeiro Ano

O Conselho Nacional de Justiça lançou, em 2022, uma análise dos resultados obtidos pelo Programa Justiça 4.0 em seu primeiro ano de implementação.

O primeiro ano do Programa Justiça 4.0 foi marcado por significativos avanços na modernização do Judiciário brasileiro, refletindo um compromisso com a transformação digital e a melhoria da eficiência dos serviços judiciais. Lançado em janeiro de 2021, o programa visa integrar tecnologias avançadas, incluindo a Inteligência Artificial (IA), para otimizar a gestão processual e promover uma justiça mais acessível e transparente (CNJ, 2022).

Um dos principais resultados do primeiro ano foi a implementação da Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro (PDPJ-Br), que unifica diversos sistemas de processo eletrônico. Essa integração facilita a tramitação de ações judiciais em diferentes esferas, promovendo uma gestão mais eficiente e o acesso mais fácil às informações processuais. A plataforma Codex, por exemplo, já centralizou milhões de processos e metadados, permitindo uma análise mais rápida e precisa (CNJ, 2022).

A utilização de IA no programa também trouxe avanços notáveis. Modelos desenvolvidos na plataforma Sinapses, como os já citados ALICIA, KAIROS e PEDRO, melhoraram a identificação e classificação automática de documentos jurídicos, agilizando processos e reduzindo a carga de trabalho dos servidores. Esses modelos têm acurácia superior a 85%, destacando-se na automação de tarefas repetitivas e na análise de grandes volumes de dados (CNJ, 2022).

A iniciativa Balcão Virtual e o Juízo 100% Digital foram outros marcos importantes, permitindo que todos os atos processuais, incluindo audiências e sessões de julgamento, sejam realizados de forma totalmente eletrônica e remota. Essas inovações reduziram a necessidade de presença física nos fóruns, tornando o acesso à justiça mais ágil e conveniente para os cidadãos (CNJ, 2022).

Além disso, o Programa Justiça 4.0 promoveu uma capacitação significativa dos servidores. Em 2021, foram oferecidos cursos e webinários que capacitaram centenas de profissionais em gestão de projetos e no uso das novas tecnologias implementadas. Esse esforço contínuo de capacitação é essencial para garantir que os servidores

estejam preparados para utilizar eficientemente as novas ferramentas tecnológicas (CNJ, 2022).

Os desafios também foram abordados de maneira proativa. A pesquisa de integridade e compliance realizada com 96 órgãos do Judiciário destacou a necessidade de programas de integridade mais robustos e treinamentos em combate a fraudes e corrupção. Essas iniciativas visam assegurar que a implementação tecnológica seja acompanhada por práticas éticas e transparentes (CNJ, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revolução tecnológica, impulsionada pelas inteligências artificiais (IAs), tem transformado significativamente o setor jurídico, oferecendo novas ferramentas e métodos para a administração da justiça. Este trabalho de conclusão de curso analisou a influência crescente das IAs na equidade do sistema judiciário brasileiro, investigando tanto as oportunidades quanto os desafios associados a essa integração tecnológica.

As IAs demonstraram grande potencial para aumentar a eficiência e a precisão dos processos judiciais, reduzindo custos operacionais e otimizando o uso dos recursos humanos. Tecnologias como a automação de tarefas repetitivas, a análise de grandes volumes de dados e a predição de resultados judiciais têm se mostrado valiosas para acelerar a tramitação dos processos e melhorar a tomada de decisões. Iniciativas como o Programa Justiça 4.0 evidenciam os benefícios de uma justiça mais moderna e acessível, integrando plataformas digitais e ferramentas de IA para promover uma gestão processual mais eficaz e transparente.

Entretanto, a implementação de IA no sistema jurídico também apresenta desafios significativos, especialmente no que diz respeito à equidade e à justiça. A questão dos vieses algorítmicos é uma preocupação central, uma vez que decisões baseadas em dados históricos podem perpetuar preconceitos existentes, comprometendo a imparcialidade das decisões judiciais. A necessidade de supervisão humana contínua é imperativa para garantir que as tecnologias de IA sejam utilizadas de forma ética e justa, evitando decisões discriminatórias e assegurando a transparência dos processos automatizados.

A análise do impacto das IAs na equidade da justiça revela um cenário de grandes oportunidades, mas também de importantes responsabilidades. É fundamental que a implementação dessas tecnologias seja acompanhada de regulamentações rigorosas e práticas de governança que promovam a justiça e a transparência. Além disso, a capacitação contínua dos profissionais do direito é essencial para que possam utilizar as novas ferramentas tecnológicas de maneira eficaz e responsável.

Conclui-se que as inteligências artificiais estão influenciando significativamente a equidade da justiça no sistema jurídico contemporâneo, proporcionando benefícios substanciais em termos de eficiência e acessibilidade. Contudo, para que essas vantagens sejam plenamente alcançadas, é crucial enfrentar os desafios éticos e técnicos associados ao uso de IA, garantindo que a transformação digital do Judiciário brasileiro seja conduzida com um compromisso firme com a equidade e a justiça.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Conselho Nacional de Justiça**. Resolução nº 332 de 21/08/2020. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files/original191707202008255f4563b35f8e8.pdf>. Acesso em: 19 maio 2024.

CARNEIRO, Marcus Vinícius. **Desvendando a Inteligência Artificial no direito brasileiro: aplicações, desafios e perspectivas**. 2024. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/desvendando-a-inteligencia-artificial-no-direito-brasileiro-aplicacoes-desafios-e-perspectivas/2293305012>. Acesso em: 12 maio 2024.

CARTAXO, Mac Amaral. **O impacto da inteligência artificial na prática jurídica**, 2024. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2024-mai-10/o-impacto-da-inteligencia-artificial-na-pratica-juridica/>. Acesso em: 13 maio 2024.

CNJ. **Conselho Nacional de Justiça**: 1 ano de justiça 4.0. 2022. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/01/1anodej4-0.pdf>. Acesso em: 20 maio 2024.

CNJ. **Conselho Nacional de Justiça**: CNJ regulamenta uso de inteligência artificial no judiciário. 2020. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/cnj-regulamenta-uso-de-inteligencia-artificial-no-judiciario/>. Acesso em: 25 maio 2024.

CNJ. **Conselho Nacional de Justiça**: Justiça 4.0: Inteligência Artificial está presente na maioria dos tribunais brasileiros. 2022. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/justica-4-0-inteligencia-artificial-esta-presente-na-maioria-dos-tribunais-brasileiros/>. Acesso em: 23 maio 2024.

DANTAS, Bruno Cavalcante. **O uso da inteligência artificial no direito brasileiro**, 2023. Disponível em: <https://conteudojuridico.com.br/consulta/artigo/61355/o-uso-da-inteligencia-artificial-no-direito-brasileiro>. Acesso em: 17 maio 2024.

FERREIRA, Rui Elói; PAIS, Mariana Correia. **Os desafios da inteligência artificial no direito penal**, 2019. Disponível em: https://carlospintodeabreu.com/wp-content/uploads/2019/01/inteligencia_artificial_direito_penal.pdf. Acesso em: 11 maio 2024.

FIA. **Business School - inteligência artificial no direito**: o que é e principais impactos, 2019. Disponível em: <https://fia.com.br/blog/inteligencia-artificial-no-direito/>. Acesso em: 14 maio 2024.

MARTINS, Julio Cesar. **A inteligência artificial no judiciário brasileiro: uma jornada em evolução**, 2024. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-inteligencia-artificial-no-judiciario-brasileiro-uma-jornada-em-evolucao/2213413694>. Acesso em: 24 maio 2024.

MENDES, Cleylton. **Robôs no tribunal**: o papel da inteligência artificial no judiciário, 2023. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2023-dez-15/robos-no-tribunal-papel-da-inteligencia-artificial-no-judiciario/>. Acesso em: 16 maio 2024.

OLIVEIRA, Antonildo. **Impacto da inteligência artificial no direito**: desafios e possibilidades, 2023. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/impacto-da-inteligencia-artificial-no-direito-desafios-e-possibilidades/1785412945>. Acesso em: 15 de mai. de 2024.

SAMPAIO, Elias Martins; MOTA, Marcuso Plínio de Jesus Chaves. **O futuro da advocacia na era da IA**: como a IA pode mudar o papel dos advogados e como os profissionais do direito podem ser adaptar a essa nova realidade, 2023. Disponível em: <https://revistaft.com.br/o-futuro-da-advocacia-na-era-da-ia-como-a-ia-pode-mudar-o-papel-dos-advogados-e-como->

os-profissionais-do-direito-podem-se-adaptar-a-essa-nova-realidade/. Acesso em: 18 maio 2024.

STJ. **Superior Tribunal de Justiça**: inteligência artificial está presente em metade dos tribunais brasileiros, aponta estudo inédito. 2021. Disponível em: <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/09032021-Inteligencia-artificial-esta-presente-em-metade-dos-tribunais-brasileiros--aponta-estudo-inedito.aspx>. Acesso em: 26 maio 2024.